

GEOGRAFIA E CIDADANIA: A INSERÇÃO DE CONTEÚDOS ÉTNICO RACIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS.

Elvis Sampaio Melo ¹

RESUMO

Este artigo discute a importância de inserir temas étnicos raciais nos livros didáticos voltados para a educação básica. No âmbito geral já existem livros que abordam esses conteúdos, porém, de forma superficial e estereotipada, não permitindo assim, que os alunos do ensino fundamental e médio construam certa criticidade sobre o assunto e apenas o reproduza. Desse modo se faz importante o entendimento dessas temáticas para que preconceitos não sejam reforçados, as áreas de conhecimentos sejam ampliadas e o senso crítico atue com um teor de curiosidade, fazendo com que os alunos sejam abertos a todo tipo de diálogos e saibam construir um debate científico. As discussões sobre geografia no espaço escolar, sobretudo os assuntos relacionados a outras culturas, ainda carregam um cunho descritivo, mas, com as mudanças que estão ocorrendo desde a formação dos professores à elaboração dos livros didáticos essa realidade está se transformando.

Palavras-chave: Geografia, Livros didáticos, Étnico racial, Crítica, Escola.

INTRODUÇÃO

O artigo presente denota a importância da introdução de temáticas étnico raciais nas escolas, no contexto dos livros didáticos utilizados na educação básica. Como as ciências humanas, sobretudo a geografia e a história, possuem mais facilidade para abordar esses temas, por conta da sua diversidade teórica, o objetivo principal é associar os livros didáticos de geografia com o ensino nas escolas, tendo em vista, que o livro didático é um importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem.

Sabendo que a formação do nosso país é caracterizada por ser uma formação miscigenada é de suma importância que os alunos da educação básica compreendam o processo que formou o nosso território, ou seja, quem e como todos esses aspectos se deram. Segundo Holanda (1995) foram os índios, negros e mulatos que fundaram este país. A união de diversos povos e culturas passaram a conviver no mesmo território e naturalmente as influências foram repassadas uns para os outros (VIRGULINO, 2014).

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, elvis_sampaio@hotmail.com.
(83) 3322.3222

O preconceito racial em si acaba por fazer parte da construção social dos indivíduos, o diferente causa o estranhamento do outro, porém, não é por fazer parte dessa construção social que o racismo não deve ser combatido e extinguido. A escola apresenta-se no dever de valorizar e ensinar todos os tipos de cultura, mas, por culpa da visão eurocêntrica, que ocorre até mesmo nos livros didáticos, faz com que as outras culturas sofram invisibilidade.

Os principais motivos para a escolha dessa temática foram as dificuldades dos docentes de encontrarem assuntos voltados para diversidade cultural nos livros didáticos de geografia, na maioria das vezes quando se discute esses temas acaba-se caindo nos estereótipos, principalmente sobre o continente africano.

As origens do povo negro acabam se resumindo na pobreza, na escravidão e nas dificuldades. Nesse contexto, também surge o desejo de contribuir com um estudo acerca da importância do negro na formação do nosso país e que o mesmo tem um papel fundamental na construção da nossa sociedade (SILVA, 2017).

Como o livro didático faz parte do cotidiano escolar é interessante aliar essa forma de conhecimento com temas que devem ser debatidos no espaço escolar, para auxiliar o andamento de aulas contendo esse viés no dia 9 de janeiro de 2003 foi instituída uma lei que estabelece as diretrizes e bases da educação para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003).

A escolha dos livros para análise foi escolhida a partir das semelhanças dos sumários e os artigos para pesquisa foram obtidos através das leituras feitas dos resumos de cada um, identificando assim, as especificidades e relações encontradas entre eles.

METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para a sistematização de dados e complementação da pesquisa foram a princípio, a aplicação de questionários socioculturais com alunos da educação básica, de modo que, fosse compreendido se o aluno sentia uma relação de pertencimento com os conteúdos dispostos nos livros e se aquela realidade passada pelas imagens, textos e atividades do livro condizia com alguma situação ocorrida no cotidiano deles.

Outra metodologia foi o desenvolvimento de uma intervenção, por meio de rodas de conversas, onde os alunos do ensino médio da EEEP Antônio Valmir da Silva - (Caucaia -CE) foram debatendo sobre qual a importância da temática étnico racial estarem presentes nos livros didáticos, sobre a falta de inclusão desses conteúdos nos livros, sobre questões de africanidades, questões de identidade e auto afirmação, questões políticas e sociais e principalmente como o espaço escolar e o professor contribui nesse processo de aprendizagem.

Contudo, o livro didático foi a principal ferramenta de análise, todos os trechos em que abordavam os conteúdos étnico raciais foram coletados e referenciados. Uma abordagem da inserção das vivências dos alunos também foi fundamental, pois é de total interesse da pesquisa que os alunos estejam inseridos na discussão.

Foram utilizados três livros utilizados na pesquisa, o livro “Passaporte para Geografia” de Cláudia Magalhães, “Geografia: espaço e vivência” de Levon Boligian e “Geografia, ensino médio” de João Carlos Moreira.

Também foram feitas entrevistas com professores da área de humanas sobre como esses conteúdos estão sendo vistos em sala de aula, como esses conteúdos estão sendo dispostos nos livros didáticos e se eles estão. Mesmo o enfoque da pesquisa sendo em Geografia o questionário será voltado para as ciências humanas com o intuito de promover a interdisciplinaridade e dialogar com outros campos de pesquisa.

As perguntas do questionário:

- Você é professor(a) de qual disciplina?
- Em quais séries você ministra aulas?
- Na(s) escola(s) que você ministra aulas quais materiais são utilizados?
- Nos materiais utilizados existe algum capítulo, módulo ou unidade que trate, exclusivamente ou parcialmente, de conteúdos étnicos raciais?
- Caso sim, que assuntos geralmente são recorrentes?
- Você costuma levar algumas das temáticas acima para suas aulas?
- Caso sim, como você costuma abordar essas temáticas?

- Você já foi procurado por algum aluno(a) para conversar sobre essas temáticas?
- No planejamento das suas aulas você costuma levar em consideração o contexto social e as vivências dos alunos(as)?

AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E A SISTEMATIZAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS.

Para pensarmos nas relações étnico raciais no contexto do espaço escolar é necessário que haja a compreensão da forma que os estudos africanos chegam às escolas. A matriz africana, no contexto escolar, sempre foi tratada de forma oculta, ou seja, o discurso de inferioridade sobre o continente influenciou nas ideias sobre a formação da sociedade brasileira. Com uma população de 50,7% que afirmam serem negros é essencial que todos tenham a consciência das suas origens.

No início do século XX os livros didáticos de geografia eram escritos de forma programática e descritiva, o autor que predominava nesse período era Delgado de Carvalho (AZAMBUJA, 2014). As mudanças só começaram a acontecer com a vigência da Lei 5692/71 que institua a mudança das séries do 1º e 2º grau, foi a partir desse ponto que os livros didáticos passaram a conter assuntos mais diversificados, porém ainda havia a presença marcante da relação homem/natureza. Mas, as temáticas étnico raciais só foram introduzidas nos livros didáticos em um terceiro momento, quando as séries foram, novamente, reformuladas.

A temática da população inclui a formação étnica (indígena, africana, européia e mestiça), cultural (língua e religião) e, ainda, as informações relacionadas aos censos demográficos e às cidades (AZAMBUJA, 2014, p. 13).

Entretanto, mesmo depois dessas mudanças as heranças raciais ainda não apareciam nos livros com caráter de conteúdos fixos e sim como meras passagens informativas, se formos analisar a formatação dos livros didáticos de geografia observa-se o estereótipo da pobreza, fome, exclusão social entre outros. Nessa perspectiva, SILVA (2017) salienta:

É diante desse quadro de total exclusão, que a geografia se insere como uma disciplina que trabalha o conceito de diversidade cultural e respeito às diferenças étnico-raciais. Contribuindo no sentido de reduzir ou superar por completo relacionamentos racistas inseridos na sociedade, formando cidadãos capazes de conviver em coletividade, respeitando esta diversidade (SILVA, 2017, p.145).

Dos livros didáticos analisados o livro “Passaporte para Geografia” de Cláudia Magalhães foi o que mais trouxe temáticas sobre o continente africano. Na unidade em questão, existem itens como “Refletindo sobre a história do continente africano”, “Conhecendo os africanos” e “A economia no continente africano”. No recorte temporal temos um livro publicado no ano de 2005, logo após a instituição da lei 10639/03, onde os parâmetros do ensino sobre a história da África sofreram transformações, devido a legislação os autores tiveram a preocupação de trazer essas temáticas para os livros didáticos, ainda houve resistência de algumas instituições.

A unidade do livro que fala sobre a África é intitulada de “África: a diversidade de um continente”. Os autores perpassam pelo contexto histórico da formação do continente, processo de colonização, qualidade de vida da população, refugiados, a fome e o futuro do continente. Na perspectiva do olhar geográfico, os autores apontam:

A história do continente africano foi marcada por intensas disputas tanto pelas posses das terras e riquezas como posse e controle de sua população. O colonizador europeu tomou posse não só do território africano, mas também da vida de seus habitantes (MAGALHÃES, 2005, p.187).

Para compreendermos esse pensamento precisamos discorrer que, antes da vinda dos europeus para o continente africano não existia a divisão da África em países e sim em etnias, ou seja, a visão eurocêntrica que perpetuou por anos como a mais correta chegava aos livros didáticos de forma eufemística, como se os europeus tivessem feito um favor para os africanos, com os processos de legislação se consolidando a história verdadeira sobre o continente africano foi se mostrando.

No livro “Geografia: espaço e vivência” de Levon Boligian, publicado em 2015, são notáveis a ausência de temáticas étnico racial ou sobre o continente africano. Existe apenas uma página do livro que traz como título “Xenofobia e racismo” e a mesma está inserida em um capítulo sobre “População, política e cultura na Europa desenvolvida”, de forma geral, nota-se que com o passar dos anos os autores se perderam mais uma vez e não se preocupam em inserir diversidade nos livros didáticos, as temáticas são estáticas e redundantes, fazendo com que o continente americano e europeu seja os focos centrais de pesquisas e estudos.

No terceiro livro analisado, “Geografia, ensino médio” há ausência total de temáticas sobre a história da África, os temas são todos ligados à economia, meio ambiente, geopolítica e desenvolvimento. Na perspectiva dos livros didáticos, atualmente, os livros estão passando

por um processo de troca para apostilas, visando os vestibulares. Dessa forma, os conteúdos estão cada vez mais sistematizados e programados.

Os conteúdos se apresentam em forma de breves resumos sobre um determinado assunto seguindo de questões de vestibular para os alunos resolverem, percebeu-se então a discussão de como o aluno está sendo moldado nas instituições de ensino.

A LEI 10.639 E OS NOVOS PARÂMETROS DO ENSINO ÉTNICO RACIAL

Sabemos que a população, tanto brasileira como africana, são repletas de desigualdades sociais e grupos excluídos. Nessa linha de pensamento o governo foi pressionado a criar uma lei que incluísse as matrizes africanas nas escolas. Foi então, que em 9 de janeiro de 2003 a Lei 10.639 foi instituída, a mesma alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou a inclusão do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira obrigatórios nas grades curriculares das escolas públicas e particulares.

A lei em si possui grande importância para a comunidade negra que, por muitos anos teve suas heranças esquecidas e apagadas, com a lei as pessoas poderiam conhecer essas histórias e voltaria o pensamento utópico da erradicação do racismo. A lei propõe:

[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Mesmo depois da implementação da Lei ainda era perceptivo que as escolas não cederam facilmente pelo modelo curricular eurocêntrico, ou seja, racista e discriminatório que desconsidera e ignora a diversidade cultural presente no Brasil (VIRGULINO, 2014). Quando as escolas decidem adotar esses conteúdos no currículo trabalham de forma estereotipada e transformam os negros em personagens, como se toda a história deles fosse fictícia.

A lei indica algumas disciplinas em que essas temáticas serão ministradas, a geografia não entra nessa lista, mas, esse fato não indica que a história africana não deve ser amplamente discutida em todas as ciências, segundo a lei:

Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

No Brasil, existem diversas escolas públicas realizando projetos pedagógicos interdisciplinares que aliam os conhecimentos históricos com o currículo da escola, a escola sendo um espaço informativo e detém os meios para formar o pensamento crítico dos alunos. Mesmo o objetivo principal do âmbito escolar seja formar cidadãos se faz necessário à construção de uma visão crítica e ampla do mundo para a promoção da dignidade e da cidadania plena dos indivíduos, tendo em vista, que, os alunos serão futuros atuantes na nossa sociedade (VIRGULINO, 2014).

A Lei 10.639/2003 tem um caráter compensatório, pois, as desigualdades raciais estão, socialmente, presentes em nosso cotidiano. Com isso o principal propósito da lei é a desconstrução de pensamentos, até então, impregnados na sociedade e a construção de uma diversidade mais coletiva em que todos participem e aceitem as pessoas como elas são, todavia, o primeiro passo se dá na escola. Segundo, ALMEIDA (2017):

Pressupomos que uma educação direcionada por esses preceitos poderá produzir reflexos nas relações sociais vividas por indivíduos formados a partir de novos olhares e posturas diante do conhecimento e da apropriação de valores e atitudes pautados na igualdade de direitos e no respeito às diferenças, capacitados para intervir no mundo e transformá-lo (ALMEIDA, 2017, p. 58).

Além da preocupação com o ensino da história da África a lei também é motivada pela ausência de políticas públicas, muitos grupos do Movimento Negro contribuíram na luta para que essa lei fosse instituída. Essa iniciativa é de extrema importância para a mudança de pensamento das pessoas, se torna um processo a passos largos, porém, as sementes estão sendo plantadas.

No contexto do livro didático é necessário existir a produção de materiais para auxiliar o docente na construção de uma aula sobre história da África:

A predominância da produção de materiais para apoio ao docente é adequada, pois é desejável que ele produza, a partir de seus conhecimentos e experiências, e das realidades e coletivos humanos com que interage, as melhores alternativas didáticas e metodológicas para sua intervenção (ALMEIDA, 2017, p.65).

A consolidação desse estudo sobre o continente africano nas escolas busca, também, interesses de valorização de políticas afirmativas que revalorizem a cultura negra no Brasil. O ambiente extraescolar tem suas especificidades, por isso essa necessidade de introduzir

conteúdo afro brasileiros nos currículos, pois, quando a criança negra não está na escola ela não saberá como lidar com os desafios da sociedade racista.

Não é muito difícil perceber as deficiências existentes nas escolas quando se toca no assunto racismo ou preconceitos, os docentes poderiam aplicar atividades e projetos que aguçasse a curiosidade dos alunos como: o que vocês conhecem sobre a história afro-brasileira? E ao mesmo tempo fazer um paralelo com a sua realidade lançando o seguinte questionamento: O que vocês sabem sobre a cultura da sua comunidade? Dessa forma, ocorreria a construção de um diálogo diversificado na escola.

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO ÉTNICO RACIAL

O grande desafio do professor de geografia na atualidade é construir um pensamento crítico nos alunos, de modo que, os mesmos não reproduzam apenas o saber científico, mas, saiba dialogar e construir opiniões sobre esses conhecimentos, de acordo com SOUZA (2016):

O desafio para professores e professoras de Geografia é romper com os currículos impostos, pois eles devem ser dinâmicos e se adaptar às mudanças no cerne da sociedade e, principalmente, não fechar os olhos para a realidade racial de nosso país. Mas sabemos que essa conscientização do/a professor/a não é somente uma construção individual, talvez a mais importante, mas sim, de uma preocupação com sua formação continuada que deve acontecer de forma coletiva (SOUZA, 2016, p.16).

Como a ciência geográfica se compromete em tornar o mundo mais dinâmico e diverso é importante questionar se os educadores estão sabendo encaixar essas temáticas no currículo. Como as escolhas dos planejamentos desses profissionais se dão de forma coletiva a construção do currículo pode sofrer pressão da cadeia hierárquica escolar, ou seja, os professores de geografia podem se mostrar interessados em desenvolver aulas interativas sobre a história da África, desenvolver projetos sobre a influência cultural africana na brasileira e muitas outras, mas, se, por exemplo, o diretor da escola disser que essas atividades atrapalham o calendário da escola todo o trabalho deveria ser repensado. O professor ocupa pouco espaço nas decisões da escola, mesmo sendo a chave fundamental para o funcionamento das atividades escolares.

Outra perspectiva importante é a compreensão de que, o pensamento crítico dos alunos não deve ser estimulado apenas na escola, o dever da desconstrução deve partir das relações familiares, sociais e da comunidade no geral. Uma frase muito conhecida é “os pais são os espelhos dos filhos”, as crianças, na maioria das vezes, estão submetidas a acreditar em tudo que se é colocado pelos pais, até certo ponto isso pode ser uma armadilha, pois, se eu tenho pais que não tenham um senso moral e forem racistas e preconceituosos os filhos irão reproduzir o discurso dos pais.

Como a escola é um lugar plural e divide pessoas de várias culturas se torna o principal lugar para proliferar essas ideias, tendo em vista, que, vai ter um alcance maior e ser discutido com mais pessoas, para (SOUZA, 2016):

A discussão sobre a questão racial na escola foi citada nos PCNs, criados para tratar da pluralidade cultural e incorporá-la no currículo escolar. É uma forma de dizer que a escola é um espaço apto a promover a igualdade racial, combater a discriminação e o racismo, já que traz em seu cerne pessoas de diferentes origens raciais, sociais e culturais (SOUZA, 2016, p.17).

Esses conteúdos servem como ferramenta de transformação social, para aperfeiçoar e apreender a atenção dos alunos nessas aulas necessita de muita criatividade na escolha do material didático, para não reproduzir através destes, ainda mais o racismo, muitas vezes presentes nos livros didáticos (SILVA, 2017). Onde retornamos a discussão do livro didático enquanto formador de opiniões, as informações são dispostas e o professor se mostra como mediador desses conteúdos.

Portanto, a visão do aluno deve ser aberta para todas as culturas e expandida para toda a sociedade. Alguns professores de formação inicial são carregados de estereótipos e preconceitos, pois, a sua formação, geralmente, agregou diversos conservadorismos e valores tidos como únicos, ou seja, não adianta termos uma escola engajada se não tiver profissionais engajados.

Infelizmente ainda é bastante recorrente o silenciamento ou a negligência da escola enquanto instituição formadora de pensamentos e ações que podem ser auxiliares no combate às discriminações que envolvem as diferenças, aqui em destaque, étnico-raciais (SOUZA, 2016, p.7).

A vivência dos professores também é importante na formação dos alunos, a prática nas salas de aula faz com que os professores sejam munidos de experiências e ocorre o enriquecimento no processo de ensino e aprendizagem. Um professor que expressa suas

opiniões e não se mostra imparcial diante aos temas científicos dos livros didáticos acaba por formar o senso crítico nos alunos, tendo em vista que o professor é visto como um formador de opiniões.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

Sabemos que o surgimento do livro didático é bem mais antigo do que imaginamos, podendo ser datado desde o século XIX, dessa forma, constatamos que a elaboração desses livros deve se adaptar aos avanços tecnológicos, sociais e políticos. Entretanto na pesquisa desse artigo foi atentado que esses livros não estão adotando as medidas que incluem os avanços citados acima.

Os principais pontos que foram apontados na mediação das discussões com alunos e professores da educação básica foram:

- Os alunos, sobretudo, negros não se sentem próximos aos conteúdos dispostos nos livros didáticos;
- A questão de identidade e a relação de pertencimento dos alunos com os conteúdos se torna insociável;
- A introdução de leis propostas para modificar esse cenário “ultrapassado” da elaboração de livros didáticos, como a Lei 10.639, não está sendo efetiva e respeitada;
- Os professores observam a introdução desses conteúdos étnico raciais nas aulas de Geografia como um desafio a ser batido nas aulas;
- A pesquisa acadêmica sobre essa temática está crescendo e corroborando a importância de se debater assuntos com o viés racial na Universidade.

Uma parte da pesquisa que também deve ser acentuada é a participação dos alunos, foi percebido que os alunos da educação básica estão ficando cada dia mais politizados e por dentro do que está acontecendo no mundo, esse acontecimento é extremamente importante, tendo em vista a empiricidade que a Geografia apresenta, os alunos que estão por dentro das mudanças e transformações que acontecem no mundo são ímpares na construção da aula e das pesquisas, pois muito se foi discutido sobre temáticas polêmicas como racismo, cenário político atual, homofobia entre outros e foi perceptível a maturidade e o entendimento que o diálogo foi caminhando.

Existem muitos meios para se iniciar práticas combativas aos preconceitos velados na sociedade e ao mesmo tempo aguçar a criticidade dos alunos, nós, geógrafos, somos caracterizados por sermos curiosos, ou seja, após encontramos respostas para nossas perguntas precisamos aplicar os resultados e volta-los, de forma positiva, para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o artigo presente, percebemos a importância da inserção de temáticas étnico raciais no currículo escolar e nos livros didáticos, a realidade da formação da nossa sociedade é muito aproximada com a história da África, tendo em vista que, nosso país é miscigenado.

A carência desses conteúdos nas escolas faz com que a formação dos alunos seja incompleta, como o livro didático é um instrumento de aproximação na relação professor/aluno ele funciona como um impulsionador do senso crítico através da leitura. O trabalho do professor é incentivar a diversidade cultural nas escolas.

As escolas, sobretudo, as particulares, sempre encontram uma forma de barrar projetos que envolvem essas temáticas, segundo eles os professores precisam seguir o calendário da escola e ministrar apenas o conteúdo programático que é feito no começo do ano. Nas escolas públicas é mais fácil de encontrarmos projetos e até mesmo semanas voltadas para a consciência negra e a cultura afro brasileira. Porém, depois da Lei 10.639/2003 ambas deveriam exercer o papel de precursores de todas as culturas.

Quando entramos na licenciatura temos o pensamento utópico de mudar o mundo através da geografia, mas, o ambiente escolar nem sempre contribui para esse pensamento. O conhecimento científico deveria ser associado com as diferentes formas de ver e pensar o mundo e não apenas em uma maneira de pesquisar. O conhecimento sobre as culturas não deve ser algo estático no sentido de ter parado na Europa, as heranças de outros continentes, como a África, foram apagadas pela soberania Europeia.

Os alunos que perpetuam preconceitos e racismo acabam promovendo o retrocesso de anos de luta dos Movimentos Negros. Os professores precisam desmistificar os estereótipos presentes nos livros didáticos, não devemos cair no conformismo de que a África se trata apenas de pobreza, fome, grupos excluídos entre outros, o continente africano é rico em culturas, crenças, religião, costumes e gastronomia.

Não podemos negar que muito dos nossos costumes foram baseados nos costumes africanos, nossos alunos necessitam da aliança do conhecimento científico com a criticidade, por exemplo, falar sobre o continente africano e entender o porquê aquele continente passa por aquelas mazelas, saber defender as pessoas que sofrem preconceito e racismo também é importante, na atualidade não basta sermos apenas contra o racismo temos que combater face a face.

Precisamos levantar questionamentos sociais, tanto dentro da escola, como na comunidade e na sociedade no âmbito geral, para entendermos as motivações de comentários racistas acontecerem até hoje.

Por fim, é necessária a compreensão de todos os aspectos culturais, não apenas de uma ou duas culturas, mas, trabalhar a diversidade é algo necessário e urgente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine De; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro. posições**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 55-80, jan./abr. 2017.

ARAÚJO, Fabiano Correia De. Os conteúdos superficiais nos livros didáticos e o ensino de história da África. **Recanto das letras**, ago./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/5356215>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu De. O livro didático e o ensino de geografia do Brasil. **Brasileira de educação em geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 11-33, jul./dez. 2014.

BOLIGIAN, L. et al. **Geografia: espaço e vivência**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 224 p.

BRASIL. Presidência da República. **Casa Civil**. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (1995) **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo, companhia das letras.

MAGALHÃES, C. M. B. B. de et al. **Passaporte para geografia**. 1 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2005. 232 p.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio De. **Geografia: ensino médio**, volume único. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2011. 560 p.

PINTO, Regina Pahim. **A Representação do Negro nos Livros Didáticos de Leitura**. In: Cadernos de Pesquisa, n° 63. São Paulo: 1987.

ROCHA, Rosa Margarida De Carvalho. **Educação das relações étnico raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica**: Pensando Referências Para A Organização Da Prática Pedagógica. 1 ed. Belo Horizonte: Mazza, 2011. 96 p.

SILVA, Lucas Ribeiro Da. Geografia e o ensino das relações étnico - raciais no ensino fundamental. **Tocantinense de geografia**, Araguaiana, v. 1, n. 11, p. 142-152, set./dez. 2017.